

Trabalho e saber¹

Yves Schwartz²

Resumo

O texto trata das dimensões éticas e históricas dos saberes presentes nas atividades de trabalho.

Palavras-chave: saber, atividade, trabalho, história, valores.

Résumé

Le texte présente les dimensions éthiques et historiques des savoirs dans les activités de travail.

Mots-clés: savoir, activité, histoire, valeurs.

Abstract

The text deals with the ethic and historical dimensions of the knowledge present in the working activities.

Keywords: knowledge, activity, work, history, values

¹ Tradução de Daisy Moreira Cunha, Francisco Lima e Eloisa Helena Santos.

² Filósofo, professor e diretor científico do Departamento de Ergologia da Universidade de Provence, França.



Seis idéias serão desenvolvidas nesta conferência:

1. "Fazer história" é re-questionar e re-combinar os saberes.
2. A atividade de trabalho é atravessada de história.
3. A produção de saberes no trabalho está engajada em um debate de valores.
4. A necessária atenção aos modelos teóricos que subestimam ou anulam esse engajamento dos saberes na história e os debates de valores.
5. O que dizer dos saberes sobre os "objetos que não têm história"?
6. Por quais instituições de saber se deve lutar?

"Fazer história" é re-questionar e re-combinar os saberes

A questão aberta pelo seminário parece-me remeter, no essencial, às relações entre atividade de trabalho, história e saberes. Tudo está aí: como a história atravessa o trabalho? Em que medida "fazemos história" quando trabalhamos? Porque tudo está contido aí? Se "história" tem um sentido, é isto que é parcialmente não-antecipável na experiência humana (se "experiência" é diferente de "experimentação", é porque a experiência é sempre, em parte, "encontro").

Se o trabalho não é sempre, de alguma forma, "história", então, todas as condições de realização dos seus objetivos podem ser antecipadas antes mesmo que a atividade de trabalho visando a tais objetivos se inicie.

Esta é a filosofia da "organização científica do trabalho", o taylorismo. Uma tal ambição de previsibilidade exaustiva concernente ao trabalho humano anula, logicamente, o desdobramento de toda produção de saber no próprio curso desta atividade: a atividade não encontra nada que a obriga a pensar e se pensar, não existe problema a tratar, posto que o trabalho é apenas uma seqüência de soluções já pensadas por outros. Lembremos Taylor dizendo a seus operários: "não lhes pedimos para pensar".

O desafio nesta questão é: podemos anular a dimensão de "encontro" no trabalho, como pensava o taylorismo? Ou o trabalho seria sempre, mais ou menos, um momento de história — a atividade de trabalho "produz sempre, mais ou menos, história"? Esta questão comporta múltiplos conflitos e interesses:

- técnico-científico: como se constroem e se combinam os saberes que permitem conceber, que tornam eficazes e operacionais os objetivos econômicos e sociais visados por toda atividade industrial? Segundo consideremos esta atividade industrial, mais ou menos, como produtora de história, portadora de um "fazer", mais ou menos histórico, a resposta não será a mesma;

- filosófico: segundo uma fórmula marxista, a humanidade advém através da história, e são os "homens que fazem sua história": mas o que quer dizer esta fórmula? *Como*, precisamente, os homens e as mulheres fazem sua história? Se a atividade de trabalho faz sempre mais ou menos história, então as coisas podem se esclarecer (da mesma maneira que, quando

Gaudêncio Frigotto pergunta-se como fundar a fórmula de Marx — “a raiz do homem é o homem mesmo” —, ele responde que é preciso procurar do lado do “ser social que se cria e se recria pelo trabalho”;³

- político: se a atividade de trabalho “faz história”, então, todas as pessoas, todos os povos, enquanto produzem sua existência, possuem uma igual dignidade. Na medida em que, dia após dia tratando aquilo que no trabalho não é antecipável, eles realimentam e transformam as configurações culturais e sociais, eles “fazem” a história.

Para resumir: se o trabalho é atravessado pela história, se “nós fazemos história” em toda atividade de trabalho, então, não levar em conta esta verdade nas práticas das esferas educativas e culturais, nos ofícios de pesquisadores, de formadores, nas nossas práticas de gestores, de organização do trabalho, e também nas nossas práticas de cidadãos, é desconhecer o trabalho, é mutilar a atividade dos homens e das mulheres que, enquanto “fabricantes” de história, re-questionam os saberes, reproduzindo em permanência novas tarefas para o conhecimento.

Mas em que medida o trabalho “faz história”?

A atividade de trabalho é atravessada de história

A tese, tese que não nos é particular: toda vida humana, porque ela é em parte uma experiência, é atravessada de história. Mas, quando se trata do trabalho, se isto é verdade também, não se trata de uma “pequena história”, de uma história marcada pelo acaso das vidas individuais: nenhuma situação humana, sem dúvida, concentra, “carrega” com ela tantos sedimentos, condensações, marcas de debates da história das sociedades humanas com elas mesmas quanto as situações de trabalho: os conhecimentos acionados, os sistemas produtivos, as tecnologias utilizadas, as formas de organização, os procedimentos escolhidos, os valores de uso selecionados e, por detrás, as relações sociais que se entrelaçam e opõem os homens entre si, tudo isto cristaliza produtos da história anterior da humanidade e dos povos.

Certamente, este encontro dos produtos da história nas situações de trabalho devem ser diferenciados, segundo as formas múltiplas e inumeráveis do trabalho sobre o planeta industrial ou de serviços, agrícola ou urbano, formal ou informal... Mas *toda* atividade de trabalho encontra saberes acumulados nos instrumentos, nas técnicas, nos dispositivos coletivos; toda situação de trabalho está saturada de normas de vida, de formas de exploração da natureza e dos homens uns pelos outros.

Ora, nossa tese, mas este *nosso* é coletivo, é que todo este conjunto de normas, de saberes, de concentrados de história passada, não *pode, em caso algum, determinar por si só* o que vai se passar na atividade de trabalho. Este

³ FRIGOTTO. In: *Trabalho & Educação*, p.16.



Gaudêncio Frigotto pergunta-se como fundar a fórmula de Marx — “a raiz do homem é o homem mesmo” —, ele responde que é preciso procurar do lado do “ser social que se cria e se recria pelo trabalho”;³

- político: se a atividade de trabalho “faz história”, então, todas as pessoas, todos os povos, enquanto produzem sua existência, possuem uma igual dignidade. Na medida em que, dia após dia tratando aquilo que no trabalho não é antecipável, eles realimentam e transformam as configurações culturais e sociais, eles “fazem” a história.

Para resumir: se o trabalho é atravessado pela história, se “nós fazemos história” em toda atividade de trabalho, então, não levar em conta esta verdade nas práticas das esferas educativas e culturais, nos ofícios de pesquisadores, de formadores, nas nossas práticas de gestores, de organização do trabalho, e também nas nossas práticas de cidadãos, é desconhecer o trabalho, é mutilar a atividade dos homens e das mulheres que, enquanto “fabricantes” de história, re-questionam os saberes, reproduzindo em permanência novas tarefas para o conhecimento.

Mas em que medida o trabalho “faz história”?

A atividade de trabalho é atravessada de história

A tese, tese que não nos é particular: toda vida humana, porque ela é em parte uma experiência, é atravessada de história. Mas, quando se trata do trabalho, se isto é verdade também, não se trata de uma “pequena história”, de uma história marcada pelo acaso das vidas individuais: nenhuma situação humana, sem dúvida, concentra, “carrega” com ela tantos sedimentos, condensações, marcas de debates da história das sociedades humanas com elas mesmas quanto as situações de trabalho: os conhecimentos acionados, os sistemas produtivos, as tecnologias utilizadas, as formas de organização, os procedimentos escolhidos, os valores de uso selecionados e, por detrás, as relações sociais que se entrelaçam e opõem os homens entre si, tudo isto cristaliza produtos da história anterior da humanidade e dos povos.

Certamente, este encontro dos produtos da história nas situações de trabalho devem ser diferenciados, segundo as formas múltiplas e inumeráveis do trabalho sobre o planeta industrial ou de serviços, agrícola ou urbano, formal ou informal... Mas *toda* atividade de trabalho encontra saberes acumulados nos instrumentos, nas técnicas, nos dispositivos coletivos; toda situação de trabalho está saturada de normas de vida, de formas de exploração da natureza e dos homens uns pelos outros.

Ora, nossa tese, mas este *nosso* é coletivo, é que todo este conjunto de normas, de saberes, de concentrados de história passada, não *pode, em caso algum, determinar por si só* o que vai se passar na atividade de trabalho. Este

³ FRIGOTTO. In: *Trabalho & Educação*, p.16.



conjunto de história sedimentada nos espartilhos por vezes tão rígidos e exaustivos das prescrições do trabalho de tipo taylorista pode, sem dúvida, antecipar em parte o que vai se produzir no vivo da atividade. Mas isto, que nós chamamos a "primeira antecipação", é, para retomar uma expressão profunda de Paulo Freire, sempre "inacabada":⁴ esta história que nos ultrapassa, que nos "fabricou", tanto através dos saberes científicos que nós utilizamos quanto através das configurações técnicas, econômicas, sociais que estruturam *ex ante* a atividade de trabalho; esta história depositada, com seus constrangimentos e recursos, é sempre de uma parte "inacabada", incapaz de nos fazer compreender, por ela mesma, como nós produzimos nossa vida na atividade de trabalho.

Se este concentrado de história é sempre, por uma parte, inacabado, lacunar, isto significa que a história se re-escreve em permanência, que novas normas de construção de saberes, de construção do social, "*renormalizações*" incessantes reaparecem em todos os lugares onde os grupos humanos se mobilizam para produzir. Se, então, estas renormalizações são aí operantes, se o saber adere a tudo isto que aí se recria, aí se reinventa, se reproduz sem cessar, porque os meios de trabalho são sem dúvida o que acumula mais cristalizações da história humana, então essas renormalizações industriais, nesse sentido, "fazem verdadeiramente história", renovam em permanência todas estas aquisições — contraditórias — da história humana.

Mas, para medir toda a importância desta tese quanto aos processos de produção e de legitimação de saberes, é preciso retrabalhar, ampliar nossa concepção do que seja um "saber".

Estes saberes que recobrem tudo isto que existe de histórico, de relativamente singular nas situações de trabalho, espriam-se sem descontinuidade das formas de inteligência incorporadas em nosso corpo até os patrimônios de experiência pensados, raciocinados, transmissíveis. Eles vão de aprendizagens não-conscientes, não-expressos em linguagem, dificilmente perceptíveis até as maneiras de fazer socializadas, justificáveis, manifestas.

Tomemos o exemplo do som, do "ruído", clássico para os ergonomistas: nós não saberíamos definir o ruído, seu "sentido", sua funcionalidade e também sua nocividade, de maneira somente *a priori*, como uma quantidade de decibéis: um barulho industrial, industrioso, imerge na história, na especificidade de uma situação de trabalho, e nenhum especialista do som, nenhum especialista das doenças profissionais pode antecipar este conteúdo, em saber, do ruído. A prova é que, às vezes, se para suprimir um excesso de decibéis nós "enclausuramos" uma máquina e abafamos seu barulho, podemos provocar acidentes no dia seguinte: a variação do barulho mecânico inscreve-se como uma referência em relação às temporalidades do gesto, aos ritmos da máquina, indica os momentos onde trocar informações, além de mais outras coisas que nós não podemos manipular e destruir sem precauções.

⁴ Cf. FREIRE. Ensinar exige consciência do inacabamento. *Pedagogia da autonomia*, § 2,1.



Assim, os trabalhadores constroem para si, consciente ou inconscientemente, "referências sintéticas" que não têm pleno valor a não ser na especificidade de tal instalação ou tipo de produção; sintéticas porque elas dão uma quantidade de informação sobre o estado e o funcionamento global de um sistema: informação sobre o grau de qualidade do produto⁵ ou sobre o estado de um ambiente humano e social associado ao trabalho.⁶

Retomando o caso do enclausuramento da máquina: o que é o saber necessário em matéria de prevenção dos riscos do trabalho, se nós não integramos todos estes saberes da história dos meios de trabalho, estas referências construídas pela inteligência no trabalho? Hoje, nós trabalhamos para extrair desse pequeno exemplo toda uma filosofia da prevenção que deve, em parte, recentrar-se em torno da inteligência ativa dos produtores: é, notadamente, a tese de P. Trinquet, em *Maîtriser les risques du travail*.

Assim, na linha das reconsiderações críticas dos princípios do governo do trabalho taylorista, a partir da tomada em consideração das inúmeras e imperceptíveis variabilidades que proliferam mesmo aí onde tudo foi, em teoria, exaustivamente previsto, nós somos conduzidos a mensurar a importância do tratamento, por todos os tipos de trabalhadores, de tudo isto que faz com que um meio técnico de trabalho não seja, jamais, a reprodução *standard* de concepções, de protocolos, de procedimentos, pensados por outros, fora de um contexto histórico e geográfico preciso. Assim, duas equipes que se sucedem para gerir uma fábrica de processo químico, ou duas equipes de enfermeiras, uma delas no fim, a outra no início da jornada de trabalho, devem comunicar-se, trocar informações: às vezes, porque existem sempre "históricos", como se costuma dizer — acontecimentos, panes, pacientes cujas evoluções são, em parte, imprevisíveis —, mas, também, porque cada equipe se organiza mais ou menos diferentemente da outra, deixando o estado da situação marcado por estas gestões "personalizadas".

Quando Jacques Duraffourg insistia, há muitos anos, com seus estudantes, nós inclusive, sobre a importância das "histórias" no trabalho, sobre o peso pedagógico, demonstrativo de seu estoque de histórias armazenadas na sua "bagagem" de velho e sempre jovem ergonômista, ele coloca o dedo sobre um aspecto central dos problemas do trabalho: se o trabalho fosse simples aplicação de procedimentos pensados alhures, o trabalho não nos colocaria problemas, ele não interessaria a ninguém, ele não teria jamais se desenvolvido para além da "gestão dos recursos humanos"; nós não saberíamos como os homens fazem sua história e nós não estaríamos aqui para tentar, juntos, pensar de outra forma a questão das instituições do saber. Aproximar uma situação de trabalho como uma "história" nos conduz a tocar com o dedo naquilo que o trabalho nos engaja e nos custa, porque ele nos obriga sempre, mais ou menos, a criar, a

⁵ Cf., em DURAFFOURG. *L'homme producteur*, p.132, sobre um operário de uma fábrica de papel que, à noite, quando os dirigentes e técnicos peritos em inspeções sofisticadas de qualidade não estavam lá, dava golpes sobre as bobinas para avaliar o nível de qualidade.

⁶ Cf. os canteiros navais de Port de Bouc, na periferia de Marseille. DURAFFOURG. *L'homme producteur*, p.132.

inventar e, por isso mesmo, a *nos* re-inventar.

Para concluir sobre este ponto: nós dissemos que era preciso ampliar nossa noção de *saber* para dar toda a dimensão necessária ao tema de nosso seminário. Este saber começa nas profundezas do corpo, com aquilo que existe de mais singular, de mais histórico, de mais impalpável numa situação de trabalho. Mas isto não é mais que um pólo de um *continuum* que toca também, de outro lado, elementos que mais escapam à singularidade histórica: nós não podemos, a este respeito, deixar de sugerir a leitura ou a releitura da tese de Eloísa Santos, *Le savoir en travail: l'expérience de développement technologique par les travailleurs d'une industrie brésilienne*, que mostra em que medida a fábrica USIMEC, em Ipatinga, parece, em certos aspectos, com um laboratório: em torno do cálculo das pás dos convertidores,⁷ deformações por solda, por efeitos climáticos dos materiais trabalhados, pelos efeitos "atrasados dos processos anteriores" (sempre a re-implantação da história nas combinações de trabalho), o saber dos operadores está "à espera de conceituação" do mesmo modo que aquele dos engenheiros. Seria incorreto abordar o formalizado com a única referência da engenharia do saber prescrito.⁸

Assim, em todos os níveis entre o informal e o explícito, a atividade industrial deve gerir seu encontro *no presente* das obrigações, dos objetivos e dos instrumentos do trabalho. Diante das normas antecedentes de todos os tipos, todas mais ou menos indispensáveis, mas todas parcialmente "inacabadas", a atividade de trabalho, individual e coletivamente, deve — e esta é uma obrigação à qual ninguém pode se subtrair — dar-se normas de tratamento aqui e agora. E então, ao mesmo tempo, "fazer história" e produzir formas originais de saber para efetuar este tratamento. Toda "aplicação" de princípios técnico-científicos é sempre, em parte, uma reinvenção local, e toda atividade de trabalho é sempre, mais ou menos, uma "dramática do uso de si", situada entre estas normas antecedentes e a necessidade de dar-se a si mesmo normas, aí onde as primeiras são "inacabadas".

A produção de saberes no trabalho está engajada no debate de valor

Mas, se nós compreendemos bem o que está em jogo nestas dramáticas do uso de si, estes saberes produzidos na atividade de trabalho não podem ser cercados, circunscritos, antecipados, dados através da descrição de uma situação de trabalho particular, como se os trabalhadores estivessem por necessidade, mecanicamente, conduzidos a produzi-los, considerando as obrigações desta situação. Isto seria retornar a uma determinação exclusiva pelas normas antecedentes e, portanto, não mais compreender como os homens fazem sua história, fazendo história no seu trabalho.

Esses saberes, mesmo se eles podem ser relativamente estabilizados

⁷ Cf. SANTOS, *Le savoir en travail, l'expérience de développement technologique par les travailleurs d'une industrie brésilienne*, p.424-425.

⁸ Cf. SANTOS, *Le savoir en travail, l'expérience de développement technologique par les travailleurs d'une industrie brésilienne*, p.248 e seguintes.



em ligação com a perenidade de uma instalação, de um sistema de trabalho, não têm este estatuto de objetividade, de evidência dedutiva, próprio aos conhecimentos nas ciências da natureza, por exemplo. É preciso levar isto em conta ao falarmos de "legitimação" destes saberes, mas não é uma maneira de desvalorizá-los: na medida em que toda atividade de trabalho é tomada e *deve* arbitrar entre normas — e saberes — antecedentes e renormalizações a operar, o sentido dessas renormalizações não está inscrito em parte alguma, pois ele remete às *pessoas*, individualmente e em grupo. Há, de alguma forma, "lacunas de normas" e de saberes (o inacabado), e cada um vive debates de normas dos quais dependerá o grau de engenhosidade, de produtividade em termos de saber que ele manifestará.

Para retomar o exemplo da Usimec de Eloísa, se o peso das relações sociais e hierárquicas na empresa faz com que somente os saberes formalizados fora do contexto sejam reconhecidos como saberes, se nós não consideramos a aptidão incorporada pelo soldador⁹ para endireitar corretamente uma chapa como um saber possível em espera de conceituação, é natural pensar que esta socialização, e mesmo esta incorporação de saberes, estagnarão, podendo mesmo regredir.

Dito de outra forma, esses saberes estão na dependência dos debates de normas. Inseridos na história que se faz no dia-a-dia, eles não podem se desenvolver na neutralidade, assim como nós não podemos ser neutros quando fazemos nossa própria história. Ou ainda: se as normas antecedentes são sempre "inacabadas", isto quer dizer que é preciso sempre "trabalhar de outro modo", diferentemente do que está determinado por tais normas. Mas "trabalhar de outro modo" em função de quê? Em função de quais valores? Ninguém poderá dizer em nosso lugar. Segundo as escolhas que nós faremos, nós desenvolveremos mais ou menos engenhosidade, criatividade, nós recombinaresmos em tal ou qual direção nossas experiências e saberes anteriores. É a dimensão irredutivelmente política do trabalho e por aí mesmo a dimensão política da produção e da legitimação de saberes no trabalho.

Deste ponto de vista, o seminário poderá ter um olhar constante sobre a problemática das transferências de tecnologia. A meu ver, o aspecto sempre parcialmente "inacabado" das normas e dos saberes formais antecedentes faz com que toda situação de trabalho tenha, em algum grau, transferência de tecnologia. Localmente, é preciso sempre mais ou menos re-inventar a maneira de fazer. Mas a exportação de combinações produtivas para climas e culturas exógenas, exóticas, coloca ainda mais em evidência a necessidade, para os trabalhadores "indígenas", de gerir no fio da atividade múltiplas "lacunas de normas" e, portanto, recombinaresmos originalmente saberes e experiências — conferir o caso clássico, na ergonomia "wisneriana", de Sombo, operador numa cervejaria em Bangui, na República Centroafricana:¹⁰ como inventar métodos

⁹ Cf. SANTOS. *Le savoir en travail, l'expérience de développement technologique par les travailleurs d'une industrie brésilienne*, p.425.

¹⁰ Cf. SCHWARTZ. *Le paradigme ergologique*, p.651-652.

e saberes para "fazer com" num clima diferente, com indicações de uso ilegíveis, problemas de provisão e manutenção absolutamente não-previstos na concepção do país de origem; apelo para re-combinar saberes incorporados, extraídos de práticas étnicas ancestrais (caça, pesca).

Mas, além disso, coloca em evidência, no campo da reapropriação produtiva, encontros entre normas, valores, projetos de vida de populações e de culturas diferentes, encontro cuja saída, absolutamente não-antecipável, pode conduzir a desenvolver trajetórias de saberes prodigiosas. O caso da confrontação dos povos a recursos e poderes técnicos exógenos manifesta de maneira evidente esses debates de normas que vivem todos os indivíduos e os grupos em todas as situações de trabalho: qual atitude adotar face a esses poderes técnico-políticos que podem tanto ameaçar quanto desenvolver potencialidades, projetos, valores de vida comum imanentes a tais grupos e povos "indígenas"? Nenhum historiador, etnólogo, sociólogo, pode dar resposta *a priori*.

Confiram também o caso dos pescadores comorianos, estudado por Abdallah Nourouline; o caso do prodigioso desenvolvimento de saberes industriais, técnicos e científicos de Mulhouse nos séculos XVIII e XIX, forma específica de arbitragem entre normas antecedentes (a lógica a jusante das normas inglesas da grande indústria da época) e tentativas de renormalização, enraizadas na especificidade da história de Mulhouse (lógica a montante). Confiram, mais recentemente, o caso do Japão, reapropriando-se em algumas décadas do patrimônio científico-técnico das antigas nações industrializadas, escolha feita na época Meiji (1868-1912) como atitude diante do poder invasor do estrangeiro. Mas esta renormalização — que vai conduzir o universo econômico, a engenharia, o mundo das oficinas japonesas que vão logo superar o Ocidente (sua "lógica a jusante") em organização, inovação, qualidade, distanciando-se do governo taylorista do trabalho humano — não seria compreensível sem a re-combinação de valores, de patrimônios, de formas de vida comum enraizadas em dois milênios de insularidade específica (lógica a montante).

A respeito desses saberes e recursos engendrados no histórico, e sobre os quais nos esclarecem precisamente as transferências de tecnologia, pode-se avaliar a que ponto a atividade de trabalho, por meio de saberes re-combinados, produzidos, transmitidos ou deixados em repouso, é uma experiência, uma tentativa permanente de fabricação de um "viver em comum".

Esses saberes do histórico possuem sempre, mais ou menos, uma dimensão coletiva, uma vocação a socializar-se, a transmitir-se. Porém, tudo depende também do modo como o serviço, a empresa, a sociedade civil, o governo local, o poder político tratam a produção de "viver em comum", promovem ou pervertem a noção de *bem comum*. Esses saberes, não-neutros, gerados dentro da história do trabalho, são saberes para quem, para quê? De um lado, eles se constroem em prol de estratégias e de políticas econômicas,



de ambíguos objetivos de desenvolvimento de riquezas, e esta ambigüidade repercute sobre a dinâmica de socialização desses saberes: quem é o sujeito, o proprietário, o beneficiário? Questão que não tem jamais resposta clara. Mas é também essa experiência do político, da construção do "viver em comum", que deve ser incluída nos saberes do trabalho e marca, em positivo ou em negativo, seu esforço de visibilidade, de socialização.

Para concluir este terceiro ponto: os valores, as escolhas de ser dos indivíduos, dos coletivos, dos grupos humanos fazem explorar, segundo esta ou aquela dimensão, neste ou naquele grau, os recursos técnicos, científicos, sociais existentes, os re-combinam desta ou daquela maneira para produzir novas combinações: essas novas combinações "fazem história", abrem novos horizontes, colocam novas tarefas ao conhecimento conceitual, que deve tentar compreender, desdobrar essas renormalizações operativas (como Diderot, no artigo "Arte" da *Enciclopédia*, dizia: "Cabe à prática apresentar as dificuldades e dar os fenômenos"): é o que nós denominamos de "segunda antecipação", aquela pela qual a atividade de trabalho antecipa maneiras de fazer, sinergias industriais, o "viver eficazmente em comum", que os pesquisadores tentarão posteriormente analisar.

Segundo a relação "em valor" dos trabalhadores com o seu meio de trabalho (segundo as formas de utilização ou de exploração da força de trabalho, salários, preservação da saúde, grau de consideração das renormalizações eficazes, dos projetos de vida dos protagonistas...), a exploração e a re-combinação criativa dos patrimônios existentes podem ampliar ou reduzir, até mesmo esconder ou apagar (o que nós denominamos o ingrediente 5 da competência).

Assim, conceber, por exemplo, "formação de adultos", "formação profissional" sem se interrogar sobre o que os "formandos" já construíram como saber em seu trabalho, e como esse trabalho sobre suas próprias competências inscreve-se em projetos de vida, é contentar-se com uma certa esterilidade do ato educativo. Daisy Cunha, no primeiro capítulo de sua tese ora em realização, desenvolve esta idéia a propósito do "Movimento dos Sem-terra: afirmar o movimento como princípio educativo da formação dos 'sem-terra' é considerar que seu processo educativo básico está no próprio movimento, no 'transformar-se a si mesmo, transformando a terra'".

Atenção aos modelos teóricos que subestimam ou anulam este engajamento dos saberes no histórico e o debate de valores

Nós, que estamos na universidade, que atitude devemos ter em relação a esses saberes do histórico? O problema é que, a partir do momento em que somos universitários, professores, formadores, nós nos sentimos como "portadores da missão" de manipular o conceito. E o conceito se constrói em generalidade, apagando, mais ou menos, os efeitos de singularidade. É normal, pois o contrário seria inquietante, mas, ao mesmo tempo, esta "missão" pode



engendrar graves derivas. Assim como as ciências naturais produzem modelos do átomo, do *big bang*, do ADN, no campo das atividades humanas, a deriva consiste em pensar que devemos também produzir modelos de comportamento, seja para analisar as "*regularidades*" sociais, ou para gerir as atividades: modelos de organização, modelos hierárquicos, modelos de relações de poder, modelos de gerenciamento, modelos de definição de competências, protocolos de avaliação do trabalho...

Ora, dispor de conceitos para pensar a ação humana, suas eventuais e parciais regularidades é normal. Mas pensar que uma carreira universitária no campo das ciências humanas julga-se pelo rigor dos modelos que puderam ser construídos sobre as diversas circunstâncias da atividade humana é propriamente *usurpação*. Usurpamos o privilégio das ciências naturais: estas ocupam-se de objetos que *não têm história*; este não é o caso de homens e mulheres que vivem e trabalham. Se eles "*fazem história*", a modelização de seus comportamentos por tipo de empresa, tipo de governo do trabalho, tipo de combinação produtiva, tipo de trajetória profissional etc, se ela se exerce sem humildade, é uma forma de enfraquecer ou de anular as dramáticas do uso de si, de ignorar que os homens e as mulheres no trabalho não param, queiram ou não; de tentar renormalizar os saberes, os procedimentos, os organogramas... E, por meio disso, fragilizam os modelos e os conceitos elaborados sem eles. Modelizando, assim, sem um sentimento de inacabado, lançamos ao silêncio ou ao negligenciável essas custosas e essenciais renormalizações.

Todas as "*expertises*", as abordagens monodisciplinares, que tratam os homens e as mulheres no trabalho a partir de um corpo de hipóteses, fechado antes da confrontação com o que "*faz história*", estão distantes das dramáticas da vida no trabalho, de suas condições de eficácia e de inovação. É verdade, também, no caso das modelizações, que, animadas por um ponto de vista crítico sobre as formas de exploração do trabalho, somente as analisam sob o ângulo das lógicas da subordinação. Estas existem, é claro, mas jamais ao ponto de anular as subversões renormalizantes.

De qualquer modo, essas modelizações, se elas não situam claramente esse momento de aprendizagem, quando elas devem tentar compreender, com os protagonistas, como as normas antecedentes, os procedimentos, as prescrições foram "*recolocadas na história*", "*re-inventadas*", essas modelizações não falam verdadeiramente do que elas pretendem falar.

Uma das formas mais atuais dessa modelização usurpadora é o abuso do "*todo cognitivo*". Uma coisa é estudar os modos de raciocínio, os esquemas gerais, estruturando seqüências mentais de operadores; outra coisa é considerar como "*científico*" unicamente o estudo desses procedimentos cognitivos, analisáveis "*fora da história*", em laboratório. Fazer isso é neutralizar a própria dinâmica do pensamento no trabalho, que não pode ser separada das dramáticas de uso de si, de seus debates dialéticos entre normas antecedentes



e renormalizações.

Em um belo texto sobre "A inteligência no trabalho: influência das condições culturais e técnicas", Alain Wisner exprime sua preocupação em face desse "todo cognitivo", citando uma obra de Rogoff, de 1984: "os psicólogos freqüentemente pensam que é possível, em princípio e na prática, estudar os processos cognitivos sem preocupação com o contexto, isto é, neutralizar a tarefa de tal modo que ela reflita os 'processos puros'" (p.2). Mais adiante, citando o antropólogo Gatewood, que estuda a pesca do salmão no Alaska, Wisner critica o fato de que "a descrição do trabalho pelos antropólogos permanece demasiadamente lingüística e, portanto, cognitiva". E a citação de Gatewood remete-nos à consideração do tempo, e, portanto, da história, onde amadurecem as aprendizagens: "O descaso pela ação em antropologia cognitiva é sintomático da falta de interesse mais fundamental pelas dimensões temporais do conhecimento" (p.12).

Francisco Lima, que escreveu belas passagens sobre as relações entre a ética e os usos de si no trabalho, apresentou, no congresso da SELF — Sociedade de Ergonomia de Língua Francesa —, em Aix-en-Provence, um texto em que mostrava como a modelização do engenheiro, face à variabilidade, voltava sem cessar a uma racionalidade orientada pelos conceitos. Procurando recuperar essa variabilidade, o engenheiro tenta, de fato, anulá-la. Mesmo quando o conceito de *variação*, de *desvio*, é hoje colocado "como princípio de base da melhoria contínua" dos modelos do engenheiro, "não há espaço propriamente dito para uma historicidade fora dos modelos, nos modelos que eles tentam dominar. O essencial desta conduta consiste em anular o singular e o histórico das situações".

Isso chama a nossa atenção para um aspecto muito atual das relações sociais na empresa, com tudo o que se faz sobre grupos de projeto, de concepções cooperativas a "gestão dos saberes": até onde vai esse reconhecimento do "fazer história" dos trabalhadores? Isso não é jamais claro, nem simples. Fernando Lima pensa que a conduta orientada pelos modelos abstratos, mesmo evoluindo para uma concepção participativa, continua a negar a historicidade dos atos dos trabalhadores, que somente participam como fornecedores de informações, jamais como sujeitos capazes de assegurar a qualidade do trabalho por meio de sua experiência, a única capaz de efetivamente a assegurar. Esta observação poderia, aliás, fornecer um critério para avaliar o grau de aceitação científica e social, pelos gestores e pesquisadores, da importância dos saberes do histórico.

O que dizer dos saberes sobre os objetos que "não têm história"

Uma palavra, antes de concluir, sobre a própria noção de *saber*. Dissemos que ela deveria ser re-trabalhada, a fim de incluir todos esses saberes que, de dentro e pela história, vão do mais escondido no corpo ao mais verbalizável e socializável.

Isto quer dizer que o tema de nosso seminário concerniria apenas à produção e à legitimação desse tipo de saberes, e não àqueles que, como já foi dito, dizem respeito ao objetos que "não possuem história" (a lei da queda dos corpos é válida sobre a terra, qualquer que seja o lugar e o tempo). A necessidade de colocar em relação dialética a racionalidade orientada pelos conceitos e a racionalidade orientada pela atividade, para retomar a expressão de Francisco Lima, concerniria apenas aos saberes do e tomados no histórico?

Uma palavra para dizer que não é assim tão simples. Eloísa falava, a propósito da USIMEC, da empresa "laboratório". É sempre mais ou menos verdade, podemos extrair desses exemplos como de outros: o interesse dos trabalhadores pelas normas antecedentes, cuja combinação configura seus meios de trabalho, é sempre latente, particularmente aquelas que se cristalizam nas tecnologias, nos instrumentos, nos procedimentos: as regras trigonométricas (o traçador) para calibrar os moldes e os tubos,¹¹ os parâmetros físico-químicos que comandam os processos, os "segredos do gen" para as biotecnologias... Confrontados aos produtos do patrimônio "potencialmente" universal da humanidade, os trabalhadores são, mais ou menos — mas esse "mais ou menos" depende do estado de seus debates de normas, das conjunturas sociopolíticas —, convocados a se apropriarem também desse patrimônio de leis, de teorias a respeito de combinações de objetos que "não possuem história".

Daí a questão que nós colocamos: o que seria a história desse patrimônio universal se esta provocação, esta convocação a conhecer esse mundo de objetos que não possuem história fosse favorecida nos locais de trabalho e na sociedade, e tivesse uma presença viva nas instituições do saber?

Pois é preciso não esquecer que a construção desses saberes (matemática, ciências da natureza, engenharia) é ela mesma uma *atividade*, uma *atividade de trabalho*, atravessada ela também por debates de valor, por escolhas. Essas escolhas de "uso de si" de pesquisadores, professores, estudantes, avaliadores influenciam as maneiras de fabricar estes saberes. Permito-me remeter, aqui, à tese de Denise Alvarez, defendida em agosto de 2000, na UFRJ. Em função do que esses cientistas vão fazer essas escolhas? Fazem-nas na solidão, distanciados dessas convocações que germinam nos meios de trabalho?

Quando as instituições do saber, demasiadamente distanciadas dos locais de atividade, reservam apenas um lugar secundário, subordinado, aos saberes e aos valores gerados no "fazer história", então, pode-se falar de uma certa "confiscação" da ciência ou, pelo menos, de uma grande fragilidade em relação à sua instrumentalização pelas nossas sociedades mercantis: instrumentalização que pode incidir sobre os temas selecionados, a repartição dos meios, a avaliação das pessoas, a hierarquização das atividades dos professores-pesquisadores... A atividade científica corre o risco de uma

¹¹ Cf. SANTOS. *Le savoir en travail, l'expérience de développement technologique par les travailleurs d'une industrie brésilienne*, p.248.



à já la A os io ? a e, s), s,) e .. a " s s)) l

excessiva dependência das estratégias políticas, elas mesmas dependentes de relações de forças econômicas mundiais.

Na tese de Denise, esses riscos aparecem claramente: vemos também aí como a atividade de extensão, específica da universidade brasileira, poderia ser um dos lugares de articulação dialética, entre a atividade dos produtores de teorias sobre os objetos que não possuem história e a atividade dos grupos humanos, que produzem industriosamente sua história, que antecipam incessantemente novos saberes.

Por quais instituições de saber devemos lutar?

Tudo isso nos coloca em condição de nos interrogar: se se passa assim com a produção dos saberes em nossas sociedades modernas, estamos satisfeitos com as instituições do saber, tal como elas funcionam?

Minha resposta, hoje, é não. Não que seja preciso rejeitar, negar a fecundidade produtiva das universidades, dos laboratórios, das instituições científicas no Antigo e no Novo Mundo. Porém, parece-me cada vez mais claro que os critérios sobre os quais essas instituições funcionam mantêm à distância da atividade industrial os re-questionamentos de saberes, as dinâmicas da "segunda antecipação", as reservas de alternativas que germinam, dia após dia, sob todas as formas, as mais diversas sobre o planeta. Funcionar exclusivamente segundo a "racionalidade orientada pelos conceitos" elimina o papel do debate de normas na dinâmica de produção de saberes. As instituições do saber são, assim, conduzidas a subestimar ou até mesmo desprezar a consideração desse re-trabalho do saber, recusando o desconforto salutar ao qual, ao contrário, ele conduz.

E eu gostaria de dizer que, paralelamente às modestas tentativas que nós realizamos na França para mudar esse estado de coisas, o encontro com a realidade brasileira é, para nós, uma fonte permanente de aprendizagem e de encorajamento. Nessa exposição, evocamos os trabalhos feitos aqui na UFMG que muito nos ajudaram, sem mencionar outros, que conhecemos menos, sobre as competências, a engenharia, a análise ergonômica nas "NTIC"... Nossas atividades de cooperação com universitários, pesquisadores, estudantes do Rio, São Paulo, Recife, João Pessoa, Vitória, Cuiabá vão na mesma direção. Estabelecemos no Brasil relações com sindicatos e associações às vezes mais fecundas que aquelas que conhecemos na França. São, assim, experimentadas perspectivas de interfecundação de saberes entre instituições de saberes e movimentos sociais. A participação ativa da Escola Sindical 7 de Outubro nesse seminário é, nesse sentido, particularmente significativa.

Mais globalmente, no país de Paulo Freire e de movimentos de Educação Popular, muitas experiências antecipam essas novas relações a serem criadas entre movimentos sociais e instituições científicas: os Conselhos de Escola, o movimento educativo ligado ao MST, os projetos "Integrar", o "Projeto de Formação dos Trabalhadores na UFMG", o programa da Escola Plural da Prefeitura de Belo Horizonte...



Está, portanto, bem justificado que um seminário como esse aconteça no Brasil, aqui mesmo em Belo Horizonte, e se apóie sobre todas as experiências para dar uma nova visibilidade à produção de saberes do trabalho e fazer avançar esta questão essencial e delicada de sua legitimação.

Para mim, este seminário vai nos ajudar com muita força a retomar claramente esta questão: que *métier* nós fazemos? É o mesmo *métier* quando nós, universitários, pesquisadores, professores, pretendemos desconsiderar os saberes virtuais acumulados na experiência, no "fazer história" do trabalho? Ou se, ao contrário, aceitamos esse desconforto intelectual e social como a oportunidade de exercer autenticamente nossa missão?

Hoje, creio que não é mais o mesmo *métier*, e nós devemos mensurar o duplo desafio, científico e político, dessa alternativa: *científico* na medida em que, conforme nós acolhemos ou não esses patrimônios acumulados na experiência do trabalho, desenvolvemos em nossas instituições científicas uma idéia forte ou uma idéia fraca das culturas humanas; *político* porque, abrindo espaço ao "fazer história" dos homens e das mulheres no trabalho, transformamos as perspectivas do viver em comum, transformamos o modo de construção de Bens Comuns.

Para avaliar esta dupla exigência, este seminário vai nos ajudar, fortemente.

Referências Bibliográficas

DURAFFOURG, Jacques. *L'homme producteur*. Paris: Éditions Sociales, 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio. In: *Trabalho & Educação*, n.9, 2001. p.16.

SANTOS, Eloisa. *Le savoir en travail, l'expérience de développement technologique par les travailleurs d'une industrie brésilienne*. Paris: Universidade Paris VIII, 1991. (Tese, Doutorado.)

SCHWARTZ, Yves. *Le paradigme ergologique*. Toulouse: Octarès, 2000.

